



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



Acesse nosso site:
pormassas.org

Facebook:
fb.com/massas.org

Boletim da CPE n.º 04, de 06 de abril de 2021

APROFUNDA-SE A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO É PRECISO COMBATER A IMPLEMENTAÇÃO DA COOPERATIVA DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA

Os rumores de que o prefeito de Macaíba, Emídio Júnior (PL), estava mancomunando com uma empresa privada para entregar a esta a gestão da educação no município se concretizou. De modo fraudulento, a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado do RN (COOPEDU) “venceu” o processo licitatório e será a responsável pela gestão da educação no município para contratação de professores. A falcatura é tamanha que, para que ocorresse a licitação, duas empresas que nada têm a ver com a área da educação disputaram o certame, uma da área de construção civil e outra de limpeza de prédios e domicílios. Porém, para nós explorados, professores, pais e estudantes, o problema não reside se o processo licitatório foi probado ou não, mas no ataque à educação e às condições de vida dos professores e funcionários, uma vez que entrega a responsabilidade do Estado na educação para o setor privado. O resultado é um profundo processo de terceirização e privatização da educação. As fraudes e corrupção fazem parte do funcionamento do capitalismo e de suas instituições. Temos, na verdade, que lutar contra qualquer entrega da educação a organizações privadas. É preciso que nos organizemos coletivamente para combater a profunda degeneração da educação pública no município, a começar contra mais esse ataque.

A COOPEDU é uma cooperativa de educação que surgiu em 2019 e conta com diversos serviços, desde contratação de porteiros até coordenação pedagógica, além de psicólogos, nutricionistas e professores. Já está inserida em algumas cidades do estado, como Ipanguaçu, Luís Gomes, Passagem, Santana do Seridó e São Miguel. Conta com 524 cooperados. Tais cooperados são em sua maioria

professores, que cotizam para ingressar e participar da cooperativa, a fim de dar aula nas escolas com as quais a COOPEDU tem convênio. O salário é a miséria de R\$ 1.590,67, muito abaixo do piso salarial que é garantido aos professores efetivos e temporários, além de não ter nenhum direito que a categoria tem em lei, como a aposentadoria especial, quinquênios etc. Além disso, não terão direito a FGTS, férias remuneradas, 13º salários etc., uma vez que os cooperados não são considerados trabalhadores, mas sim “sócios”. Trata-se de mais uma manobra de precarização da educação por parte dos representantes da burguesia, pois permite ao Estado, no âmbito da prefeitura de Macaíba, se eximir da responsabilidade de financiamento integral da educação pública e um duro ataque aos trabalhadores em educação.

É preciso combater mais esse ataque com o método da ação direta, ou seja, atos de rua, piquetes, ocupações etc. As direções sindicais, no entanto, ainda se acomodam por trás da política burguesa de isolamento social que, além de não resolver os avanços da mortífera pandemia, deixa os trabalhadores a mercê dos mais variados ataques dos capitalistas. A burguesia e seus governos estão com a faca e o queijo na mão, constituindo profundos ataques na história da luta de classes contra os oprimidos, pois sabem que não vão encontrar resistência alguma, se depender da atual política das direções. Ao contrário, devemos exigir que as direções sindicais e os movimentos convoquem as assembleias presenciais, para os trabalhadores se organizarem não só contra esse ataque, mas também contra as demissões, desemprego e por educação pública, gratuita, laica e científica. Nada de privatização! Nada de terceirização! Organizar os trabalhadores para combater o privatismo e a degradação da educação pública com a política e os métodos de luta da classe operária!

Princípio do autofinanciamento: contribua para o financiamento do Boletim da Corrente Proletária na Educação. Ajude a viabilizar a continuidade da divulgação da política proletária na educação.



As escolas privadas na pandemia: ataques sem precedentes aos professores e funcionários

Nas escolas privadas pesam há muito tempo nas costas de funcionários e professores os baixos salários, más condições de trabalho e humilhações patronais. O acelerado e profundo processo de mercantilização da educação e a ausência das entidades sindicais e movimentos explica essa situação. O Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino (SINPRO-RN) divulgou sua última diretoria em 2020 e não se sabe como foi eleita, não há informações publicadas, sequer rede social ou site ativos há dessa entidade, os telefones só fazem chamar.

Há escolas que pagam míseros R\$ 12,00 por hora/aula no ensino fundamental; muitos professores não chegam a receber, sequer, R\$ 600,00 mensais, tendo que complementar a renda em outras escolas, quando podem. Além disso, muitas escolas não estão pagando o descanso semanal remunerado (DSR) quando o professor trabalha 10h/a na semana, bem como não há o pagamento das horas de planejamento. Por trabalhar em várias escolas durante os dias da semana, os professores são obrigados a trabalhar à noite e também aos finais de semana para corrigir provas, enviar planilhas com notas e planos semanais de atividades, sem contar o planejamento das aulas semanais, em vez de descansar. Acontece que a categoria está fragilizada pela ausência de uma direção que lute pelos direitos básicos. O regime de trabalho por hora (horista) esfacela as capacidades criadoras dos professores e os tecnocratas ainda exigem “resultados”, apontando planilhas das notas dos alunos no ENEM e em outros processos seletivos, para melhor competir com as demais escolas.

Situação na pandemia

Predomina as aulas virtuais (EaD) na pandemia. Muitos professores não conseguiram adaptar-se ao ensino virtual e logo foram substituídos por outros mais experientes aos aparelhos tecnológicos, seja por meio da demissão ou pela redução da jornada com redução de salários (MP 936). Os funcionários da limpeza também foram atingidos, uma vez que os protocolos sanitários indicavam que a limpeza deveria ser reforçada, mas a demissão de parte do quadro teve como consequência a superexploração dos que permaneceram no emprego.

Vale ressaltar que, no ensino online, **todas as turmas de uma mesma série foram reunidas em uma só sala virtual**, o que resultou em um duro golpe aos professores que permaneceram trabalhando, pois muitos tiveram seus salários reduzidos em até 60% do

dia para a noite, além do aumento da superexploração do trabalho, uma vez que a quantidade de alunos por turma virtual, em muitos casos, triplicou. As próprias escolas reconheceram que não havia a menor possibilidade de acompanhamento da “aprendizagem” dos alunos, pois ficou tácito que não havia como corrigir todas as atividades, de modo que se chegou ao cúmulo de os próprios gestores orientarem aos professores inventar notas, sempre apontando a média para cima.

É consenso entre estudantes, pais e professores que durante as aulas online ninguém aprendeu efetivamente nada. O fracasso do EaD pôde ser comprovado, na prática, de maneira unânime. De tal modo, que a inadimplência se acentuou, obrigando os capitalistas da educação a pressionarem os governos pelo retorno presencial na “forma híbrida”. Mesmo assim, em muitas escolas, as salas continuavam lotadas, e os gestores faziam vista grossa quanto à violação do distanciamento social, principalmente quando se percebeu que a fiscalização sanitária dos governos não chegava às escolas.

Como se vê, a experiência prática da realidade escolar nas escolas privadas é de um verdadeiro inferno na vida dos professores e funcionários, que arcam com a mais brutal consequência da mercantilização da educação e pela ausência de uma direção sindical combativa. A ordem do dia é fortalecer a política do proletariado, para que assuma a direção da maioria oprimida, e constituir uma fração revolucionária entre os trabalhadores da educação privada, vinculando a luta nas escolas privadas com a luta geral em defesa da educação pública e das condições de trabalho e ensino.

É preciso lutar por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, autônomo e vinculado à produção social!

Expropriação da rede privada sem indenização, sob controle de quem estuda e trabalha!

Abaixo o EaD, que é a excrescência do capitalismo!

Assembleia presencial urgente para organizar a luta coletiva dos trabalhadores em educação da rede privada!

Que a direção do Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino (SINPRO-RN) abra o sindicato para organizar a luta dos trabalhadores em educação da rede privada que estão morrendo de fome e das consequências da pandemia!

EDUCAÇÃO EM NATAL: PODER ECONÔMICO DITA AS REGRAS DA CONDUÇÃO DOS GOVERNOS NA PANDEMIA

Em meio ao recrudescimento da pandemia, o poder econômico é quem dita as regras, no sentido de afrouxar ou não o isolamento social, que já é parcial. O lobby das escolas privadas motivou a aprovação da educação como serviço essencial na Câmara de Vereadores de Natal. Mesmo com o último decreto de isolamento social mais rígido pelo governo Fátima (PT) por 14 dias, muitos trabalhadores em educação já haviam adoecido pelo vírus, inclusive com várias mortes.

A pressão pelo retorno na forma híbrida por parte das escolas privadas decorre do fracasso das aulas online, de um lado, observadas pelos pais, professores e os próprios estudantes, e do consequente aumento da inadimplência de outro lado. Por isso o desespero dos capitalistas da educação pelo retorno na forma híbrida. O poder econômico dita as regras ante a constatação científica do isolamento social. Tal pressão econômica no campo da educação é exemplar para demonstrar, inclusive em outras áreas da economia, que é impossível aplicar o isolamento social científico sob o capitalismo.

O que se observa é a fracassada **política de isolamento social burguesa**, que nada mais é do que a administração das mortes. Isso explica o porquê de os governadores arrocharem ou afrouxarem o isolamento social parcial, a depender do nível de ocupação dos leitos das UTIs. Essa fração burguesa percebeu que, caso não atuem de acordo com a disponibilidade dos leitos, haverá colapso na saúde, o que aumenta as chances de revolta social. Por isso, os governadores nada mais podem fazer do que

administrar a mortandade.

Todos os aparatos do Estado burguês servirão a tal propósito. Um exemplo disso, é que o grupo de pesquisadores do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde da UFRN (LAIS), que faz parte do “comitê científico” do Estado, sugeriu que, com as restrições dos serviços não essenciais imposto pela governadora, junto com a ampliação (insuficiente) de leitos e a diminuição das filas de UTI, bem como a queda da taxa de transmissibilidade, as escolas que conseguem respeitar os protocolos voltem às aulas em sistema híbrido. Mas um exemplo do poder econômico que influencia setores da ciência para a volta das aulas presenciais.

Os trabalhadores da educação pública estão em um beco sem saída, pois somente com as assembleias presenciais a categoria poderá deliberar amplamente sobre o retorno das aulas. No entanto, as direções continuam negando a necessidade das deliberações presenciais. Não há espaços para o corporativismo de alguns setores explorados, fruto da política de conciliação de classes e de submissão à política burguesa do isolamento social das direções. Essa política é a que tem causado mais mortes, uma vez que há muito tempo fracassou.

É preciso que as direções rompam com essa política burguesa! Convocar imediatamente as assembleias presenciais para organizar a luta contra os ataques da burguesia à educação!

Lutar pela vacinação universal, a começar pelos mais pobres e miseráveis!

FUNCIÓNÁRIOS DE ESCOLA SÃO OBRIGADOS A TRABALHAR DURANTE A PANDEMIA

Durante a pandemia, o governo do RN e prefeitura de SGA têm exigido das direções de escola que os funcionários e os terceirizados devem dar expediente presencial todos os dias, mesmo sem ter aulas presenciais. Algumas escolas têm feito rodízio dos funcionários intercalando dias e reduzindo o número de funcionários, organizando um cronograma. Porém, há escolas em que o diretor tem obrigado a uma parcela ir todos os dias sem redução da jornada, nem rodízio. Alguns relatam que temem sofrer violência pois ao chegar na escola não encontram pessoas circulando nas proximidades.

O problema está em que, seja nas escolas onde se faz o rodízio, ou nas escolas em que os funcionários estão indo todos os dias e cumprindo as 8h de expediente, as decisões são tomadas burocraticamente pelas direções de escola junto às secretarias de educação, sem que os funcionários possam decidir, com independência, junto com os professores, estudantes e pais, sobre se deve haver trabalho presencial e como deve ser o funcionamento da escola.

Por isso, é urgente que o SINTE RN e SINTE/SGA convoque as assembleias presenciais dos trabalhadores em educação para se discutir um plano emergencial próprio, em contraposição ao que está sendo implementado pelos governos. É parte desse plano emergencial a defesa da vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis!

GOVERNO FÁTIMA (PT) TENTA COM TODAS AS FORÇAS “SALVAR” O EaD NO RN

Desde o início da pandemia que professores e estudantes vêm sofrendo com o ensino a distância. A portaria 438, de 21 de outubro, avançou na imposição definitiva do EaD (“atividades não presenciais”) para todos os professores. São inúmeras atividades que os professores têm de realizar, e ainda são vigiados pelo SIGEDUC. Além disso, o sistema vive instável, pois frequentemente não salva arquivos enviados, é preciso repetir a mesma operação várias vezes e, em muitos casos, não chega nem ao professor, nem ao aluno. Os estudantes não têm condições nenhuma de realizar todas as atividades nos celulares, muitos não conseguem baixar os arquivos. Mesmo assim, são pressionados a fazer os 75% das atividades, impostas pelo governo, para poder serem aprovados de um ano para outro, isto paralelo ao ano de 2021 em forma de ciclo.

Está muito claro que o governo quer “salvar” o EaD e, para isso, conta com todo o aparato burocrático-autoritário do Estado burguês. Nunca houve tantos documentos para as escolas implementarem o EaD, numa tentativa de quebrar a autonomia. Na realidade, qualquer avaliação pedagógica básica pode apontar o fracasso do EaD, inclusive o próprio governo sabe disso, uma vez que as atividades impostas são apenas paliativos postiços, para mostrar que “alguma coisa está sendo feita”. É urgente as assembleias presenciais do SINTE e do movimento estudantil para discutir sobre o EaD. Do contrário, cada escola responderá isoladamente sem a unidade de todos os oprimidos contra esse grande ataque na educação pública. Abaixo ao EaD! Por uma escola pública, única, gratuita, científica e laica, vinculada à produção social e sobre controle de quem estuda e trabalha! Vacinação universal começando pelos mais pobres e miseráveis!

DEPOIS DE APROVAR A REFORMA PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SGA, O PREFEITO PAULO EMÍDIO (PRÓS/PT) ATACA O DIREITO À APOSENTADORIA DE 400 SERVIDORES

O governo Paulo Emídio havia aprovado no município uma Reforma Previdenciária, reduzindo os salários dos servidores que já é de fome. Não bastasse isso, o IPREV está indeferindo os processos de aposentaria dos funcionários que ganham uma miséria salarial e encaminhando-os para o INSS, mesmo que estes servidores tenham contribuído com o IPREV desde sua implantação em 2010. Essa ofensiva reduz ainda mais os seus proventos, pois elimina-se os quinquênios e outros direitos.

Segundo a direção do SINTE/núcleo serão aproximadamente 400 servidores atingidos por esse grande ataque da prefeitura e que a procuradoria do município deu o parecer afirmando que vai abrir processo administrativo para pedir o desligamento desses trabalhadores. A procuradoria do município age contra esses servidores excepcionais, por terem sido contemplados pelo ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) com a EC Emeda Constitucional n. 19/88, que concedeu o direito, à época, à estabilidade nas esferas municipais, estaduais e federal.

O Fórum de servidores de SGA chamou uma carreata no dia 23 de março. Porém, sem assembleias para preparar a luta coletiva com a ação direta dos servidores, o chamado acabou seguindo o método da pequena burguesia e da burguesia de carreatas. É urgente a convocação de assembleias presenciais para organizar a luta coletiva e garantir a aposentadoria integral dos servidores! Abaixo a perseguição do prefeito Paulo Emídio (PRÓS/PT) contra os servidores! Pela aposentadoria, com todos os direitos garantidos! Nenhuma de demissão dos servidores!

JUSTIÇA BURGUESA NEGOU A LIMINAR DE RETORNO AO EMPREGO DE SEVERINO BELÍSIO, MESMO COMPROVANDO QUE TEM COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS

Está muito claro que a justiça burguesa só tem olhos para o governo de Paulo Emídio (PRÓS/PT). No processo do servidor Severino, há declarações dos vínculos que trabalha no município de SGA e no de Natal. Mesmo assim, a juíza diz que Severino apenas “colacionou declarações”. Todo servidor precisa das declarações para provar seus vínculos e que não há acúmulo de cargo, mas a juíza desconsidera esta comprovação. A luta pelo emprego de Severino parece a fábula do lobo e o cordeiro, que, mesmo provando sua inocência, o lobo o devora. Desse jeito fez a juíza. Numa clara demonstração de lacaia do governo, provou que a justiça é burguesa. E o governo usa o Estado para reprimir o servidor, que responde injustamente o processo administrativo que levou a sua demissão. Que Severino seja reintegrado imediatamente ao seu emprego, não há acúmulo de cargos! Abaixo a perseguição política contra Severino pelo governo Paulo Emídio (PRÓS/PT)!